

APRESENTAÇÃO

Este documento faz parte do Plano Nordeste Potência e traz elementos direcionadores para a tomada de decisão dos governos frente às energias renováveis na Região Nordeste do Brasil. Ele foi elaborado inicialmente por um grupo de trabalho formado por Centro Brasil no Clima, Fundo Casa Socioambiental, Grupo Ambientalista da Bahia, Instituto Climainfo e Instituto Clima e Sociedade. Para subsidiá-lo, foram realizadas oficinas para escuta de instituições contempladas na chamada de projetos Fortalecendo Comunidades em seus Direitos Territoriais, do Fundo Socioambiental Casa, além de observações, diálogos informais e levantamento de informações territoriais.

Posteriormente, o documento foi socializado e recebeu sugestões de instituições parceiras locais envolvidas nas temáticas de transição energética e revitalização do rio São Francisco, chegando na versão em questão.

Propomos estas diretrizes por entender a importância da transição energética e revitalização do rio São Francisco, pelo compromisso com uma transição energética democrática e sustentável e compreensão de que a forma como essa transição está sendo feita atualmente não considera a garantia dos direitos dos povos originários e tradicionais, contribui com as mudanças climáticas, com a degradação ambiental e desrespeita legislações.

INTRODUÇÃO

Durante décadas a geração de energia, considerada de interesse nacional, trouxe muitos benefícios para o país, mas atrelado a isso, em especial a hidroeletricidade de grande porte, trouxe passivos com a inundação de cidades, territórios, florestas, histórias e laços; desequilibrou ecossistemas, contaminou pessoas, solo e água.

No entanto, no plano social, os danos trazidos para que o Brasil crescesse se acumulou somente em populações já historicamente marginalizadas. Os impactos ambientais sobre seus territórios aprofundaram ainda mais essa vulnerabilidade e o estado brasileiro nunca compensou à altura as perdas cumulativas sofridas por essas populações.

A organização política e articulação de comunidades que foram dotadas de direitos territoriais a partir da Constituição Federal de 1988, a emergência do ambientalismo no Brasil e, mais recentemente, a preocupação global com a crise climática e uma

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

transição energética justa e inclusiva tornam inviável a continuidade do modelo de transição baseado em megaprojetos com grandes conflitos e impactos socioambientais. Se os primeiros passos da produção de energia eólica e solar seguirem os moldes do passado, a mudança é inevitável para que sua expansão aconteça sem enfrentamentos jurídicos e políticos.

A consulta a comunidades impactadas por empreendimentos energéticos e as recomendações formuladas a partir dela mostram que grande parte da solução está na correta implantação de políticas públicas e garantia de direitos já existentes. No entanto, essa implantação precisa se antecipar aos empreendimentos - e os estudos de potencial energético produzidos pela ANEEL e EPE são instrumentos para isso.

O estado precisa entrar nos territórios já mapeados como sendo de grande potencial energético para garantir a regularização dos territórios tradicionais, estruturar órgãos ambientais, dirimir conflitos agrários, planejar o uso sustentável do território, formar mão de obra qualificada e estimular a participação social nas devidas instâncias decisórias.

Somente com essas providências podemos ter uma geração energética que servirá de alavanca para o desenvolvimento local ao invés de sentença condenatória para comunidades que precisarão ser amparadas pelo estado mais tarde. A implantação descuidada, por sua vez, pode relegar a região Nordeste a um mero fornecedor de energia para o país sem divisão de custos e impactos.

Em poucas palavras, o Brasil precisa decidir se a geração de energia é interesse nacional ou não. Caso seja, precisa tratar também seus territórios geradores como prioritários para que os danos na geração e distribuição de energia sejam diminuídos a um mínimo possível e a reparação seja à altura.

A iniciativa privada, por sua vez, precisa contribuir com o financiamento dessas iniciativas através de um fundo setorial e do cumprimento das exigências de melhores práticas, tanto na escala global quanto local.

SUMÁRIO - EIXOS TEMÁTICOS E DIRECIONADORES

Eixo 1 - Garantia de direitos de identidade e permanência em territórios de povos originários e comunidades tradicionais

Eixo 2 - Revisão do modelo centralizado de geração e das tecnologias para sustentabilidade.

Eixo 3 – Democratização da informação e formação para mobilização e articulação.

Eixo 4 - Inclusão da agenda climática e suas nuances.

Eixo 5 - Processos legais de licenciamento ambiental.

Eixo 6 - Gestão das águas e revitalização do São Francisco.

Eixo 1 - Garantia de direitos de identidade e permanência em territórios de povos originários e comunidades tradicionais.

A coleta de depoimentos aponta que o uso do território por empreendimentos de energias renováveis tem colocado em curso um desmonte das políticas e instrumentos para garantia de direitos de permanência e acesso à terra conquistados historicamente pelos povos originários e comunidades tradicionais.

Aproveitando-se de brechas legais e da ausência de controle, esse modo de operação perpetua um projeto de desenvolvimento arcaico e excludente – completamente desalinhado com o desenvolvimento pautado na sustentabilidade proposto pela transição energética rumo às renováveis.

As distorções da estrutura fundiária brasileira e fragilidade de seus mecanismos de regularização têm incentivado um percurso viciado de cooptação e apropriação dos imóveis rurais nas poligonais dos empreendimentos. As más práticas relatadas usam a vulnerabilidade de povos em territórios historicamente explorados para assinatura de contratos com ganhos unilaterais, sem transparência e respeito aos instrumentos legais.

Portanto, é necessária uma agenda abrangente de fortalecimento dos povos originários e comunidades tradicionais. Trata-se de uma reforma a longo prazo que requer novas parcerias onde líderes tradicionais/indígenas, governos e líderes corporativos estejam prontos para desempenhar seus papéis de maneira diferente.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

A estrutura de fortalecimento sugerida deve fazer valer os artigos 231 e 68 da Constituição Federal que não têm sido refletidos nos programas e projetos de energia. Para isso devem ser criados programas específicos para as áreas prioritárias para geração de energia financiados por um fundo setorial.

Sugestões de recomendações:

- Priorizar nas zonas de grande potencial energético a identificação, demarcação e garantia do uso e acesso à terra e zonas de recursos pesqueiros para grupos de identidade tradicional e para o objetivo da conservação da biodiversidade, como previsto na constituição.
- Entre estas, priorizar áreas já descritas como de conflitos com empreendimentos energéticos.
- Priorizar a implementação do CAR (CEFIR na Bahia) para povos e comunidades tradicionais em terras coletivas mapeadas como de grande potencial energético.
- Proporcionar aos povos tradicionais/indígenas acesso aos benefícios diretos desses projetos de forma consistente com suas necessidades auto determinadas e aspirações de desenvolvimento promovendo sempre negociações coletivas em detrimento dos acordos individuais.
- Compatibilizar a resolução Conama 369/2006 com os artigos 243 e 68 da constituição federal e com a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).
- Apoiar a criação de protocolos de consulta que regulamentem de forma local a Convenção 169 da OIT em territórios de grande potencial energético.
- Aplicar e modernizar as políticas e instrumentos para delimitação, zoneamento, gestão e gerenciamento das áreas protegidas e para conservação ambiental em face aos megaempreendimentos.
- Criar instâncias isentas/autônomas para suporte, monitoramento de acordos e processos, em conexão com corregedorias temáticas, para prestar assistência técnica na elaboração e leitura de contratos e suporte à assinatura nos territórios de potencial energético. Ex: financiamento de câmaras de assistência técnica com fundos e programas de compensação para apoio jurídico, psicossocial e multidisciplinar.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

- Estabelecer comissões territoriais/grupos de trabalho compostos por povos tradicionais/originários, movimentos sociais, associações e entidades representativas nos locais mapeados como de grande potencial energético. A comissão fará a interlocução e difusão de informações entre poder público e comunidades potencialmente prejudicadas pela geração e distribuição de energia. Elas devem participar de todas as fases da avaliação de risco e impactos socioambientais de megaempreendimentos de energia nas diferentes esferas do poder público.
- Possibilitar por meio da aplicação de políticas públicas de cultura o reconhecimento, patrimonialização e proteção da cultura tradicional/indígena em territórios de grande potencial energético para que estas possam preservar, manter, renovar e adaptar seu patrimônio cultural e ambiental, inclusive transmitindo às gerações futuras.
- Cumprir a legislação vigente para garantir a proteção dos direitos, prevenir os impactos adversos do desenvolvimento de energia renovável nas comunidades tradicionais/indígenas.
- Cumprir Legislação vigente para garantir que os projetos de energia renovável estejam totalmente alinhados com o respeito e a proteção dos direitos humanos.

Eixo 2 - Revisão do modelo centralizado de geração e das tecnologias para sustentabilidade.

Os grandes projetos de infraestrutura para diversificação da matriz energética brasileira vêm replicando os impactos e conflitos sociais observados nos desastrosos processos de implantação das hidrelétricas e outros empreendimentos de infraestrutura de grande porte.

Pelos relatos e percepções coletadas, a real transição para um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e justo é ainda um dos maiores desafios para o setor energético.

Ao contrário das tecnologias de engenharia do setor, as tecnologias normativas de Estado não avançaram. A orientação e controle para escolha das áreas dos empreendimentos retrocedeu com a simplificação e generalização dos procedimentos regulatórios. Esse processo, que tem a função de gerar garantias e salvaguardas ambientais, sociais e econômicas, tem na realidade desconsiderado os impactados e focado nos ganhos econômicos.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

Esse cenário crítico de descompasso de propósitos tem ocultado impactos sistêmicos relatados em diferentes estados brasileiros, interferindo na dinâmica de vários grupos sociais. O descompasso também é evidente em relação às agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao Acordo de Paris, e ao Pacto Global para a Conservação.

Estados como Pernambuco, Bahia e Ceará já contam com um apanhado de evidências e estudos demonstrando que a concentração de plantas geradoras é prejudicial e concentra impactos em grupos específicos e historicamente vulneráveis. Esses territórios são carentes de um zoneamento específico para que neles sejam garantidos os múltiplos usos, em detrimento de uma destinação exclusiva à geração de energia.

Sugestões de recomendações:

- Investir no desenvolvimento de modelo justo e inclusivo de implementação das plantas de energias renováveis, compondo modelos híbridos de plantas geradoras – equilibrando centralizadas e descentralizadas e diferentes tecnologias;
- Oportunizar, através de financiamento do setor, iniciativas locais propostas pela comunidade que aliem garantias de conservação, renda e identidade;
- Implantar redes de dados e inteligência, interligando os dados das instâncias de norma e controle de forma a modernizar as políticas e práticas específicas do setor de energias renováveis;
- Integrar indicadores globais (macro) e locais (micro) na cadeia de responsabilização de empreendedores e prestadores de serviços;
- Divulgar e facilitar o acesso ao planejamento da ANEEL e EPE. As informações dessas agências devem ser de fácil acesso ao conjunto da sociedade. A transição energética não é só mudança de fonte de energia, mas também de forma e métodos de implantação e desenvolvimento;
- Criar instância autônoma regulatória mais eficaz para a fiscalização do abastecimento e produção de energia no Brasil;
- Investir na cadeia produtiva da pesca e no extrativismo artesanal como medida compensatória aos impactos da geração de energia em áreas marinhas e costeiras;

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

- Fortalecer a juventude do campo ou rural.

Eixo 3 – Democratização da informação e formação para mobilização e articulação

Para que a incidência política seja a mais eficaz possível o processo participativo requer articulação e conhecimento das ferramentas de políticas territoriais, de desenvolvimento e ambientais.

A sociedade civil brasileira tem criado instâncias locais, regionais e nacionais de articulação. São redes, espaços de formação e capacitação, fóruns, observatórios e comitês de articulação de organizações criadas para fortalecer a formulação, o acompanhamento e o monitoramento das políticas públicas.

No Nordeste não é diferente. Várias instâncias já existem, mas é fundamental o fortalecimento institucional - em especial das comunidades mais vulneráveis. Ações coletivas de enfrentamento são estratégias fundamentais para minimizar os impactos e equilibrar a correlação de forças de forma a garantir direitos e justiça socioambiental das comunidades.

A participação social é um instrumento de acesso à democracia e pode contribuir com o desenvolvimento regional, sendo um caminho para tornar pessoas mais conscientes sobre seus direitos e deveres e lutar para efetivamente implementá-los.

Capacitação e formação são ferramentas efetivas de transformação social a médio e longo prazo que resultam na quebra de ciclo da pobreza, dão poder à sociedade, além de sanar carências sociais com a formação de sujeitos críticos.

Formar um cidadão crítico é dar condições para que ele possa refletir e atuar integrado à sociedade e relacionando as ideias de justiça, liberdade e democracia.

Sugestões de recomendações:

- Criar e fortalecer redes e fóruns de debate e dar subsídios à participação social, visando o monitoramento de empreendimentos e das comunidades atingidas. Esta iniciativa permite também a capacitação de entidades e lideranças sobre instâncias de incidência e a promoção de ações coletivas de enfrentamento.
- Fortalecer a articulação com o CBHSF e os comitês estaduais da bacia do rio São Francisco. Estes comitês são estratégicos, dado seu caráter deliberativo e de razoável participação social.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

- Incluir comunidades tradicionais/indígenas, por meio de consulta, em capacitações fortalecendo a troca de conhecimento, solidariedade e colaboração entre os vários atores.
- Desenvolver formações em comunicação e viabilizar financiamento para fortalecer a difusão das narrativas locais das comunidades prejudicadas pela geração e distribuição de energia.
- Viabilizar editais públicos, privados, nacionais e internacionais ou outras formas de mobilização de recursos para projetos de comunidades tradicionais e de pequenas e médias organizações da sociedade civil. Estes projetos são essenciais para o fortalecimento institucional e para a execução de ações de boas práticas sociais e ambientais.
- Garantir a incorporação de conceitos como energia, acesso a recursos e justiça nas formações e discussões sobre o clima, além de dados e estatísticas sobre graus de aquecimento e concentração de carbono na atmosfera.
- Fortalecer a mobilização, sensibilização, capacitação, organização e participação em processos educativos para garantir o entendimento sobre as etapas dos projetos e garantir o controle social na construção de sociedades sustentáveis.
- Garantir a inserção da Educação do Campo e a Educação Ambiental de forma transversal para garantir a formação continuada dos atores sociais envolvidos com a temática transição energética.
- Promover programas setoriais e projetos socioambientais destinados à formação de trabalhadores, visando à melhoria e o controle efetivo sobre suas condições e o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

Eixo 4 - Inclusão da agenda climática e suas nuances.

Debater a agenda climática envolve correlacionar os acordos globais com os projetos de desenvolvimento que tem como pilares – ou discursos – a “segurança” na permanência do equilíbrio ambiental, social e de desenvolvimento econômico e em suas interdependências.

Mais uma vez falamos de usos múltiplos que se sobrepõem e tornam-se conflituosos à medida que desabonam as diferentes necessidades sociais, ambientais e econômicas, replicando o modelo atual de exclusão.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

O viés puramente econômico tende as iniciativas ao colapso, pois falar de plano de desenvolvimento com responsabilidade climática é equacionar a resiliência ambiental, social e econômica dos projetos e dos locais de intervenção.

Temos hoje que a aplicação do velho modelo numa roupagem de “novo modelo” tem, em verdade, agravado as condições locais ambientais e sociais, ampliando o risco do não cumprimento dos objetivos ambientais e metas globais de segurança climática, e ainda agravando a situação de comunidades e ecossistemas vulneráveis, não resilientes aos novos impactos.

Mesmo após a descolonização formal, o modelo econômico extrativista é mantido por empresas cujas cadeias produtivas se estendem além das fronteiras e mostram pouco respeito pelas comunidades locais ou pelo meio ambiente.

Reconhece-se que esse modelo hoje instalado beneficia a pequena parcela de pessoas mais ricas e afeta as mais pobres provocando conflitos promovidos pela desigualdade no acesso e na distribuição dos recursos ambientais, culminando em racismo ambiental e na desestabilização dos ecossistemas.

Para tanto, é essencial a educação ambiental crítica para que as pessoas se percebam enquanto parte importante nas tomadas de decisão, que se constituam em grupos para o seu fortalecimento e que assim possam lutar pelos seus direitos fundamentais.

Assim, adotar as medidas cautelares de prevenção, antes da efetiva degradação do meio ambiente, parece ser a decisão mais acertada para a mudança desse modelo.

Sugestões de recomendações para:

Transição energética

- Viabilizar narrativas sobre a lente climática na transição energética;
- Sensibilizar o setor empresarial demonstrando o risco do greenwashing e conectando os impactos e benefícios em escala global ao impactos e benefícios em escala local;
- Definir novos indicadores e cadeias de responsabilidades de prestadores de serviços;
- Desenvolver novas tecnologias sociais, ambientais e de gestão para alinhamento da política brasileira aos marcos normativos globais.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

- Promover práticas de gestão sustentável dos recursos naturais em áreas de produção.
- Promover espaços de participação nas negociações para os mais afetados pela crise climática.
- Defender o direito dos povos indígenas e das comunidades guardiãs e protetoras do meio ambiente que são duramente afetados pela crise climática.

Uso e ocupação do solo em áreas de grande potencial energético:

- Mapear áreas de vulnerabilidade e riscos ambientais em escala regional e local.
- Promover o adequado ordenamento físico-territorial e ambiental do uso da propriedade privada (urbana e rural) e de bens públicos, bem como o Zoneamento Econômico e Ambiental, de forma participativa.
- Basear os estudos ambientais para instalação dos empreendimentos em documentos e estudos confiáveis produzido por pesquisadores e universidades isentos que apontem as áreas prioritárias para conservação e que analisem os limiares ecológicos para manutenção da vegetação nativa.
- Priorizar áreas degradadas como alternativas locacionais, para implantação dos projetos de grande impacto, não interferindo em áreas com funções ecológicas indispensáveis para manutenção da biodiversidade.
- Incentivar ações rápidas de recuperação de áreas degradadas visando escalas das bacias hidrográficas.
- Promover formas sustentáveis de produção e beneficiamento agroecológicos para melhorar o manejo dos recursos naturais nas áreas de produção agrícola.
- Promover o extrativismo sustentável, fortalecendo as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade para fortalecer as comunidades locais.
- Promover o turismo de base comunitária para fortalecimento e geração de renda para as comunidades.
- Promover pequenos projetos de recuperação de áreas complementares às áreas de preservação permanente e sua transição.
- Apoiar ações pontuais, de rápido impacto, em áreas que cumprem função ecológica fundamentais para a manutenção da biodiversidade e da água, visto que ambas são complementares.
- Tornar obrigatório o monitoramento das ações e atuar de forma preventiva e corretiva, quando necessário, para melhorar a eficácia dos esforços de

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

conservação da biodiversidade e gerenciamento de recursos naturais. Principalmente na compreensão da sensibilidade dos organismos, perda e fragmentação de habitat e perda de diversidade genética.

- Criar medidas de controle e fiscalização para zerar o desmatamento local.

Eixo 5 - Processos legais de licenciamento ambiental.

O licenciamento é um dos importantes instrumentos da política ambiental, aplicado em todos os empreendimentos e atividades que causam impacto, tanto na sua implantação como no funcionamento. Dependendo do grau de impacto, são necessários estudos aprofundados, denominados na legislação como Estudos de Impacto Ambiental e correspondente Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. É importante também dar publicidade a esses estudos em audiências públicas, com participação ativa da comunidade atingida.

É importante sempre lembrar que fazem parte do processo de licenciamento, as Autorizações de Supressão de Vegetação e as Outorgas de uso das águas. Estes dois instrumentos não têm nenhum processo de participação social.

Os licenciamentos não têm sido executados com a necessária eficácia, especialmente com a devida e necessária participação da sociedade. Além disso, vários empreendimentos de significativos impactos têm sido fragmentados, como os megaprojetos de energia solar e eólica, para diminuir a exigência de estudos mais detalhados e audiências públicas. Além disso, na grande maioria dessas consultas, a população não recebe devolutiva das sugestões apresentadas, se foram acatadas ou não, e com a devida justificativa.

Constata-se também que é necessário um melhor conhecimento da população dos procedimentos, etapas e regras dos processos de licenciamento e o papel das instâncias reguladoras, para que possam atuar no acompanhamento e realmente influir no processo.

Sugestões de recomendações:

- Criar programas de fortalecimento dos órgãos licenciadores das áreas mapeadas como de grande potencial energético com financiamento vindo de fundo ou compensações do setor.
- Incluir escutas locais, prévias aos licenciamentos, como parte do processo, assim como tornar obrigatória as devolutivas das sugestões e recomendações.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

Estabelecer um protocolo que normatize estas questões de forma eficiente. É fundamental levar em conta os anseios das comunidades.

- Garantir a participação da sociedade civil de forma efetiva nos colegiados ambientais e territoriais, visando interferir nos processos decisórios. A incidência política das comunidades precisa ser essencial no planejamento e na definição dos empreendimentos
- Estabelecer, de forma efetiva, salvaguardas socioambientais e territoriais nas licenças concedidas. O monitoramento do atendimento dessas salvaguardas, contrapartidas e condicionantes deve ser realizado de forma participativa.
- Fortalecer os colegiados ambientais e territoriais de áreas com grande potencial energético, visando cumprir seu papel com ampla participação das comunidades diretamente envolvidas. Deve ser fortalecido seu caráter deliberativo e ampliada a participação da sociedade civil.
- Criar instrumentos normativos e de controle com indicadores de responsabilidade e qualidade para toda cadeia do processo dos licenciamentos;
- Revisar a relação de processos produtivos com as autorizações de supressão de vegetação e das outorgas (considerando a exclusão do uso). O modelo atual tem legalizado o desmatamento e gerado conflitos de acesso à água. Na Bacia do Rio São Francisco têm sido significativos esses conflitos.
- Consolidar documento base a ser adaptado para diferentes mídias sobre os direitos das comunidades frente aos empreendimentos, detalhando os passos de planejamento, licenciamento e instalação - desde os estudos de potencial energético até a operação. O material deve ser construído com a participação e aprovação de comissão representativa das comunidades impactadas;
- Facilitar o acesso à documentação de planejamento, outorga e licenciamento de empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia;
- Criar informe periódico sobre empreendimentos em estudo e outorgados pela ANEEL para os órgãos estaduais e comissão representativa;

Eixo 6 – Gestão das águas e revitalização do São Francisco.

O rio São Francisco e toda sua bacia hidrográfica têm um grande significado histórico no território brasileiro. Sua população ribeirinha tem uma cultura significativa e forte

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

presença de movimentos sociais organizados. Sua gestão, iniciativas e políticas vêm sendo objeto de estudos, pesquisas e planejamento ao longo de várias décadas.

O debate sobre acesso e qualidade da água já está tecnicamente pavimentado nos inúmeros estudos técnicos inseridos nos planos de bacia e de revitalização do São Francisco, sendo que as linhas propostas dialogam com a Lei das Águas. É fundamental retomar o olhar de planejamento integral da bacia hidrográfica, atualizando os estudos e retomando as bases de fundamentos e instrumentos para efetiva conservação das águas do rio São Francisco – principalmente avaliando os impactos somados da regularização das vazões e comprometimento dos atributos físicos e biológicos do rio para os diversos usos.

É fundamental retomar neste planejamento a dimensão dos usos múltiplos crescentes, consuntivos e não consuntivos, e os impactos gerados em projetos agrícolas, de geração de energia, de infraestrutura hídrica e de saneamento, que somam-se para o comprometimento da qualidade, disponibilidade hídrica e redução da biodiversidade.

É emergencial alertar para o comprometimento crítico dos componentes estruturantes do rio, em especial os ambientais, que em sua integridade culminam na disponibilidade hídrica, como a conservação das calhas dos rios e a conectividade montante e jusante que interferem diretamente na biodiversidade - nas funções e serviços ambientais/ecossistêmicos observados nos ciclos naturais de vazões, por exemplo.

O comprometimento da qualidade da água reverbera diretamente na saúde das pessoas e na disponibilidade de recursos naturais, como o pescado, que já se observa como comprometido, vulnerabilizando ainda mais as comunidades ribeirinhas do rio São Francisco.

Vários estudos já foram realizados para sua revitalização, como o programa desenvolvido no Ministério do Meio Ambiente há cerca de 10 anos atrás - e que pouco foi executado. Revisitar este programa é importante para atualizar e implementá-lo.

O programa de conversão de multas elaborado pelo Ibama para a bacia do São Francisco em 2018 também é um documento fundamental. A sociedade civil e membros dos comitês vem demandando dos governos e instituições estatais ações e programas com o objetivo da requalificação socioambiental do rio e de toda sua bacia.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) tem uma atuação destacada como instância de governança e no desenvolvimento de várias iniciativas.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

Foi estabelecida a cobrança do uso da água e a criação da Agência Peixe Vivo, que administra o recurso e apoia projetos das comunidades. A última atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia foi elaborada em 2016 com horizonte até 2025.

Assim, sugere-se o programa Desenvolvimento Verde para a revitalização do rio São Francisco com o propósito de fortalecer sua requalificação, o desenvolvimento de base sustentável da bacia e alcançar a governabilidade desejada, de forma inclusiva, popular e com justiça socioambiental.

Dentro do princípio da precaução, o primeiro passo deve ser a garantia de ordenamento e controle do uso de solo e conceituar melhor um programa de revitalização, ampliando a escala – de escalas pontuais locais para escalas da bacia hidrográfica.

Sugestões de recomendações:

- Revisar, atualizar e aplicar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco;
- Implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos a fim de fortalecer e ampliar seu alvo de atuação pensando na proteção dos ecossistemas aquáticos.
- Dar isenção da taxa de solicitação da dispensa de outorga para grupos sociais que sobrevivem da água, para assim facilitar a implementação da Política de Recurso Hídrico (nacional e estadual).
- Revisar e aplicar um plano de Revitalização do São Francisco dando ênfase inclusive a projetos locais pautados pelas organizações e movimentos sociais das comunidades com atuação no território.
- Conceituar com precisão a revitalização como estrito sinônimo de recuperação hidroambiental e gestão sustentável das águas.
- As obras e ações inacabadas, enquadradas nessa conceituação e passíveis de atualização devem ser concluídas.
- Priorizar recursos da revitalização para implementação de instrumentos da gestão hídrica em todo o território da BHSF, quais sejam: cobrança pelo uso da água bruta, sistemas confiáveis de outorga para direito de uso das águas, enquadramento, implantação de sistemas de monitoramento da quantidade e qualidade das águas, saneamento básico, entre outros.

RECOMENDAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

- Privilegiar obras e ações de recuperação das matas ciliares, recuperação de nascentes e áreas de recarga, combate aos processos erosivos, reflorestamento, combate ao despejo de agrotóxicos, fertilizantes e esgotos na calha do São Francisco e nas calhas de seus rios afluentes, empoderamento, com os recursos da cobrança, dos comitês de bacias, combate ao desmatamento dos biomas, dentre outros.
- Ampliar e fortalecer a Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), uma iniciativa do Ministério Público do Estado da Bahia, que conta com a participação do CBHSF e de diversas instituições dos Estados da bacia. A FPI realiza ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental.
- Apoiar ações pontuais, de rápido impacto, em áreas que cumprem funções ecológicas fundamentais para a manutenção da biodiversidade e da água como princípio da precaução, visto que a vegetação ao longo da calha do rio por si só não é capaz de conter os processos de erosão em grande escala, que se dão nas regiões das cabeceiras, nas áreas de recarga, mais ou menos distantes da calha dos rios da bacia.
- Implantar a restauração produtiva e regenerativa como os sistemas agroflorestais (SAF), que se aproximam aos ecossistemas naturais locais em estrutura e diversidade a partir de incentivo de projetos.